

FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS/AM

Termo de Referência 31/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
31/2026	154039-FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS /AM	ANTONIO MARCOS PORTILHO DE SOUZA	19/05/2026 09:50 (v 0.9)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		23105.000334/2026-58

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23105.000334/2026-58)

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO 23105.000334/2026-58 (IRP 07/2026)

1.1 Contratação de **Serviços Contínuos** de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em equipamentos de refrigeração (condicionadores de ar SPLIST e ACJ, Freezers, geladeiras, bebedouros, Frigobar e Máquinas de Gelo), e serviços de Instalação e Desinstalação de aparelhos de ar condicionados tipo SPLIT, para atender aos Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), no Município de Parintins-AM , a serem executados SEM regime de dedicação exclusiva de mão de obra, por meio do PE SRP 90400/2026, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento[A1] .

GRUPO 01						
PREVENTIVA - CATSER 2771						
VALORES MÁDIOS REFERENCIAIS PARA O PREGÃO						
Item		Especificação				

	Tipo de aparelho		Unidade de medida	Quantidade total de serviços ao ano	Valor unitário estimado	Valor total estimado
1	Split de 9.000 BTUs	Manutenção preventiva trimestral em ar condicionado, tipo Split, de 9.000 BTUs.	Serviço	2	R\$ 220,13	R\$ 440,26
2	Split de 18.000 BTUs	Manutenção preventiva trimestral em ar condicionado, tipo Split, de 18.000 BTUs.	Serviço	31	R\$ 300,00	R\$ 9.300,00
3	Split de 24.000 BTUs	Manutenção preventiva trimestral em ar condicionado, tipo Split, de 24.000 BTUs.	Serviço	300	R\$ 412,00	R\$ 123.600,00
4	Split de 30.000 BTUs	Manutenção preventiva trimestral em ar condicionado, tipo Split, de 30.000 BTUs.	Serviço	6	R\$ 440,00	R\$ 2.640,00
		Manutenção preventiva trimestral em ar				

5	Split de 36.000 BTUs	condicionado, tipo Split, de 36.000 BTUs.	Serviço	3	R\$ 444,00	R\$ 1.332,00
6	Split de 48.000 BTUs.	Manutenção preventiva trimestral em ar condicionado, tipo Split, de 48.000 BTUs.	Serviço	7	R\$ 496,00	R\$ 3.472,00
7	Split de 60.000 BTUs	Manutenção preventiva trimestral em ar condicionado, tipo Split, de 60.000 BTUs.	Serviço	2	R\$ 519,00	R\$ 1.038,00
8	ACJ de 10.500 BTUs	Manutenção preventiva trimestral em ar condicionado, tipo ACJ, de 10.500 BTUs.	Serviço	8	R\$ 312,00	R\$ 2.496,00
9	ACJ de 21.000 BTUs	Manutenção preventiva trimestral em ar condicionado, tipo ACJ, de 21.000 BTUs.	Serviço	112	R\$ 312,00	R\$ 34.944,00
10	Bebedouro de 20 L	Manutenção preventiva trimestral bebedouro de coluna 20 L.	Serviço	8	R\$ 280,00	R\$ 2.240,00
11	Bebedouro industrial 200L	Manutenção preventiva	Serviço	16	R\$ 280,00	R\$ 4.480,00

		trimestral bebedouro industrial 200L.				
TOTAL PREVENTIVAS						R\$ 185.982,26
Quantidade Total Estimada de Manutenções Preventivas			495			

COMPOSIÇÃO DE PREÇOS DE PEÇAS COM SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO (CATSER 3492)							
ITEM	ESPECIF. PEÇA	CATMAT	Qtd	Valor Unit. Painel de Preços_Sistema Preços Compraspov	Custo Unitário da Mão de Obra	Valor Unit. Manut. Corretiva (Peça+Mão Obra)	TOTAL
12	Compressor Splits 24.000/BTU	396771	3	R\$ 1.436,00	R\$ 150,00	R\$ 1.586,00	R\$4.758,00
13	Placa Eletrônica da Evaporadora- Splits 24.000/BTU	409821	4	R\$ 580,65	R\$ 85,00	R\$ 665,65	R\$ 2.662,60
14	Placa Eletrônica da Condensadora- Splits 24.000/BTU	409818	10	R\$ 1.347,00	R\$ 95,00	R\$ 1.442,00	R\$14.420,00
15	Motor Ventilador da Evaporadora- Splits 24.000/BTU	459827	4	R\$ 700,00	R\$ 90,00	R\$ 790,00	R\$3.160,00
16	Motor Ventilador da Condensadora- Splits 24.000/BTU	459828	4	654	R\$ 68,00	R\$ 722,00	R\$ 2.888,00

17	8 - aparelhos de refrigeração: frigobar, geladeira, freezer, bebedouro e máquina de gelo, com fornecimento e instalação de Motor Compressor 1/10,	372601	3	473,29	R\$ 120,00	R\$ 593,29	R\$ 1.779,87
18	10 - frigobar, geladeira, freezer, bebedouro e máquina de gelo, com fornecimento e instalação de Termostato	236343	3	R\$ 117,30	R\$ 68,51	R\$ 185,81	R\$ 557,43
	11 - frigobar, geladeira, freezer,						

	bebedouro e máquina de									
19		427261	5	R\$	166,14	55,00	R\$	221,14	R\$ 1.105,70	

	gelo, com fornecimento e									
--	--------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--

	instalação de Relé						
20	14 - frigobar, geladeira, freezer, bebedouro e máquina de gelo, com fornecimento e instalação de Sensor	618712	4	R\$ 253,50	R\$ 55,00	R\$ 308,50	R\$ 1.234,00
21	15 - frigobar, geladeira, freezer, bebedouro e máquina de gelo, com limpeza do Sistema	3506	5	R\$ 427,40	R\$ 90,00	R\$ 517,40	R\$ 2.587,00
22	16 - carga completa de Gás R32 (9 a 60Mbtu) (será usado o cilindro como Medida)	613141	10	R\$ 480,00	R\$ 90,00	R\$ 570,00	R\$ 5.700,00
23	Equipamentos Diversos: Serviços de manutenção corretiva em equipamentos de refrigeração (ar condicionado, frigobar, geladeira, freezer e máquina de gelo), de todas as marcas e modelos, com fornecimento de mão de obra e peças não especificadas nos itens anteriores, SOB DEMANDA (maior desconto peças + Menor preços serviços /mão de obra)		10.000,00			R\$ 1,00	R\$ 10.000,00
TOTAL						R\$ 50.852,60	

INSTALAÇÃO/DESINSTALAÇÃO - CATSER 2020

Item	Tipo de aparelho	Especificação	Unidade de medida	Quantidade total de serviços ao ano	Valor unitário estimado	Valor total estimado
24	Split de 9.000 a 60.000 BTUs	Desinstalação de ar condicionado tipo Split de de 9.000 a 60.000 BTUs, SOB DEMANDA.	Serviço	6	R\$ 314,33	R\$ 1.886,00
25	Split de 24.000 BTUs	Instalação de ar condicionado tipo Split de 24.000 BTUs (tubulações de cobre de 3 até 8 metros), SOB DEMANDA.	Serviço	8	R\$ 739,60	R\$ 5.916,80
26	Split de 30.000 a 60.000 BTUs	Instalação de ar condicionado tipo Split de 30.000 a 60.000 BTUs (tubulações de cobre de 3 até 8 metros), SOB DEMANDA.	Serviço	9	R\$ 1.230,83	R\$ 11.077,43
27	ACJ	Retirar Caixa ACJ e reparo	Serviço	5	R\$ 201,00	R\$ 1.005,00

		no vão da parede, SOB DEMANDA.				
28	Split de 24.000 a 60.000 BTUs	Ajuste altura da condensadora de ar condicionado tipo Split de 24.000 a 60.000 BTUs, SOB DEMANDA (inclui Instalação e Desinstalação)	Serviço	8	R\$ 180,00	R\$ 1.440,00
TOTAL INSTALAÇÃO/DESINSTALAÇÃO						R\$ 21.325,23
VALOR TOTAL GRUPO 1 (itens 01, 02 e 03)						R\$ 258.160,09

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que **se trata de uma necessidade permanente** sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar;

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **[12 (doze) meses iniciais]** contados do(a) **[assinatura do contrato]**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.[A5]

1.6. Para o **item 23** estimou-se o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para ser utilizado sob demanda, em um período de 12 (doze) meses. Este valor não sofrerá variação na proposta do licitantes, pois trata da estimativa de gastos com substituição de peças ao longo do ano, mas o fornecedor deverá considerar/atentar na elaboração de sua proposta:

1.6.1 Para o objeto desta contratação, especificamente para os serviços de Manutenção Corretiva com fornecimento de Peças serão consideradas, para o item 23, os valores apresentados pelo fornecedor para o fornecimento da peça demandas para substituição. Em seguida a Administração realizará pesquisa de mercado para aferir a compatibilidade dos preços ofertados pela empresa para a peça em comparação aos valores praticados no mercado.

7.6.2. A Administração terá também como referência de Preços uma lista de Peças passíveis de eventuais Substituições em caso de danos ocorridos nos aparelhos, constante no ETP, para evitar sobrepreços ou superfaturamento dos valores das peças a serem substituídas. Esta lista está acompanhada de pesquisa prévia de mercado para peças que eventualmente possam ser substituídas

7.6.3. Com base nesses valores de peças será aplicado o desconto ofertado pela empresa em sua proposta.

1.7. Considerando que as peças possuem valores distintos entre si, definimos como valor unitário (peça + serviço) R\$ 1,00 (um real) e como quantitativo a divisão do valor anual a ser despendido pelo valor unitário. No entanto, o quantitativo a ser executado pela contratada será o que couber no valor anual estimado, aplicando-se o desconto no momento do fornecimento das peças, em um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) considerando os valores de mercado identificados previamente na pesquisa de preços para a formação da lista de peças eventualmente passíveis de substituição. O VALOR DO DESCONTO CONCEDIDO DEVER ESTAR EXPRESSO NA PROPOSTA, sendo vinculante. O item 10 dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) detalham melhor a rotina para execução deste procedimento.

1.8. Critério de Julgamento para o item 02 (Manutenção Corretiva com fornecimento de peças): MENOR VALOR GLOBAL para o item, no qual o fornecedor deverá expressar em sua proposta:

1.8.1. O valor global para o item 02 corresponde à composição de: Maior desconto em percentual (%) para as peças eventualmente passíveis de substituição + Menor preço para serviço/mão de obra. O valor registrado no sistema será o valor global. E no detalhamento da proposta:

1.8.1.1. O fornecedor deverá ofertar o maior percentual (%) de desconto para as peças que eventualmente possam ser substituídas e indicar expressamente na proposta;

1.8.1.2. O fornecedor deverá ofertar o menor preços para o serviço/mão de obra para substituição da peça correspondente a ser eventualmente substituída;

1.8.2. O resultado do maior desconto para as peças a serem eventualmente a serem substituídas mais o menor preços para os serviços/mão de obra é o Menor preço Global para para o item 02 do grupo 01 (um): Serviços de Manutenção Corretiva com fornecimento de peças.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[A1]

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2026], conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência, bem como está alinhado com o Plano Diretor de Logística Sustentável seguido pela UFAM, conforme orientações do OFÍCIO CIRCULAR Nº 02/2024/PROADM/UFAM, documento SEI 2288108, constante no processo 23105.024801/2024-73.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[A1]*

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade[A2]

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os informados no Item 21 dos Estudos Técnicos Preliminares - Anexo I-A;

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação NÃO CABE a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), por se tratar de serviços .

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. Na presente contratação NÃO CABE esta vedação, por se tratar de serviço das conclusões.

Da exigência de carta de solidariedade[A5] e

4.4. NÃO SE APLICA A ESTA CONTRATAÇÃO.

Subcontratação[A6]

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação[A8]

4.5. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato (12 meses) e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor **total** da contratação[A9] . [A10]

4.5.1. **Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.[A11]**

4.6. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato. [A12]

4.6.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.6.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.6.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.6.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.6.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.7. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.[A13]

4.8. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.9. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.10. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.10.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.11. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.11.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.11.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.21.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.12. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.

4.12.1. O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido[A14].

4.13. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.14. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.15. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada[A15] .

4.16. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.16.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.16.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.17. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.17.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.17.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.18. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.18.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.18.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.18.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.19. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.20. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.21. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.22. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **08:00 às 11:00 hs; das 14:00 às 17:00 hs podendo ser previamente agendada pelo email cpl_pin@ufam.edu.br**.

4.23. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.[A16]

4.24. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria[A17] .

4.25. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.26. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. *A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:*

5.1.1. Início da execução do objeto: *a partir da emissão da ordem de serviço.*

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

MANUTENÇÃO PREVENTIVA TRIMESTRAL

A manutenção preventiva entende-se como procedimentos que visam prevenir situações que possam gerar falhas, defeitos ou até mesmo a conservação da vida útil dos equipamentos. Consiste na inspeção visual das máquinas, limpeza, lavagem, substituição de componentes desgastados (filtros, correias, polias, etc.), além do monitoramento de parâmetros (corrente e tensão elétrica e temperatura de operação), conforme rotina abaixo a ser seguida:

- Remover e limpar a frente plástica, com verificação do seu estado de conservação;
- Verificar a operação de drenagem de água da bandeja, a inclinação e desobstrução do dreno;
- Verificar os filtros de ar e eliminar as sujeiras;
- Verificar e eliminar as frestas dos filtros;
- Limpar o elemento filtrante (fibras de nylon aglutinadas e resina sintética ou espuma de poliuretano) utilizando os meios e substâncias mais adequados, como exemplo: por imersão em solução de água morna e sabão neutro, enxaguando-o em água corrente e secando-o bastante antes de recolocá-lo no aparelho;
- Limpar com escova a parte frontal do evaporador e condensador;
- Lubrificar as partes necessárias;
- Verificar termostato, tomada, cabos elétricos, chave seletora, capacitores de fase eletrolítico e outros componentes elétricos;
- Verificar ruídos e vibrações anormais, procedendo aos ajustes e correções necessários;
- Inspeccionar todo o sistema para averiguar e sanar quaisquer irregularidades, medindo voltagem, amperagem, temperatura e efetuando leitura da corrente e tensão de todo sistema elétrico;
- Remover chassis e lavar externamente o evaporador e o condensador;
- Verificar e eliminar sujeiras, danos, ferrugens e corrosões na moldura da serpentina e da bandeja e aplicar produtos anticorrosivos, antiferrugem ou pintura, se necessário;
- Lavar bandejas e serpentinas com remoção de biofilme (lodo), sem uso de produtos desengraxantes e corrosivos;

- Limpar adequadamente o gabinete do condicionador;
- Limpar e lubrificar as buchas, mancais e eixo do motor do ventilador;
- Verificar o estado de conservação do isolamento termo acústico (se está preservado e se contém bolor);
- Aplicar produto de ação antimicrobiana, antibacteriana e alto poder de eficiência contra todo tipo de microrganismos (bactérias gram-negativas, gram-positivas, fungos, algas e vírus);
- Verificar a vedação dos painéis de fechamento do gabinete;
- Inspeção do balanceamento da ventilação e chassis, rolamentos, oscilações excessivas e vibrações;
- Limpar hélice do ventilador, serpentinas do evaporador e condensador;
- Verificar suportes e fixações do gabinete;
- Manutenção geral da unidade condensadora no caso de Splits, inclusive com banho de vaselina industrial;
- Lubrificação dos eixos dos motores elétricos e banho de vaselina industrial nas partes ferrosas;
- Executar lavagem do chassi e gabinete;
- Proceder à completa limpeza dos condensadores e evaporadores com lavagem do sistema de aletamento e tubos com a utilização de produto químico decapante, de forma a eliminar a oxidação superficial das aletas e serpentinas;
- Inspeccionar todas as tubulações do circuito frigorígeno;
- Lubrificar partes móveis do equipamento;
- Reapertar os parafusos de fixação da hélice, turbina e paredes separadoras;
- Operar e conferir sequência de comando elétrico do condicionador;
- Durante a realização da rotina de manutenção preventiva, caso seja detectada alguma peça defeituosa ou que através de sua análise indique falha potencial, a mesma deverá ser fornecida e substituída.

Estimou-se na manutenção preventiva 4 (quatro) serviços/ano em cada equipamento, conforme cronograma a ser elaborado.

Os bebedouros terão serviços de manutenção preventiva com limpeza e troca do filtro de água, conforme cronograma a ser estabelecido.

Os serviços de manutenção preventiva terão formulário próprio com descrição dos locais e dados do equipamento instalado, com campo para assinatura do servidor do recinto e assinatura do fiscal técnico.

A ficha de manutenção preventiva de cada equipamento deverá ser frente e verso contendo de um lado as manutenções preventivas realizadas durante o ano e do outro as corretivas realizadas.

A CONTRATADA deverá executar, conforme cronograma a ser definido, todas as preventivas programadas e solicitar de cada responsável da sala ou da Fiscalização que ateste o serviço e as corretivas, conforme a demanda. Todo serviço que executado fora do expediente deverá ser autorizado pela Fiscalização e/ou representante da unidade.

MANUTENÇÃO CORRETIVA SOB DEMANDA

A manutenção corretiva constitui-se em um conjunto de ações ou operações executadas e desenvolvidas com o objetivo de fazer retornar às condições especificadas, sistema ou as instalações após a ocorrência de defeitos, falhas ou desempenho insuficiente. O atendimento às solicitações da Contratante deverá ocorrer quantas vezes forem necessárias, sem qualquer ônus adicional, sempre que houver paralisação do equipamento ou quando for detectada a necessidade de recuperação para a correção de defeitos que venham prejudicar o perfeito funcionamento dos equipamentos. O pedido para correção do defeito pode ser iniciado pela Instituição ou pela empresa contratada, quando for detectada durante a manutenção preventiva a necessidade de substituição de peças com avarias.

De acordo com o DECRETO Nº 12.785/2025, em seu artigo 3º, que um bem é considerado recuperável ou antieconômico a depender do valor da sua manutenção, sendo que deve ser de até 50% do valor de mercado, conforme segue:

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, os bens móveis serão classificados como:

I - em uso regular - bem móvel que se encontra em condições de uso, cuja manutenção, conservação e utilização sejam vantajosas, e que esteja sendo aproveitado ou possua uso previsto pelo órgão que detém sua posse;

II - ocioso - bem móvel que se encontra em condições de uso, cuja manutenção, conservação e utilização sejam vantajosas, mas que não esteja sendo aproveitado pelo órgão detentor da posse;

III - recuperável - bem móvel que não se encontra em condições de uso e cujo custo da recuperação seja de até 50% (cinquenta por cento) do seu valor de mercado ou cuja análise de custo e benefício demonstre ser justificável a sua recuperação;

IV - antieconômico - bem móvel que se encontra em condições de uso, mas cuja manutenção, conservação ou utilização gere custos superiores ao seu valor ou utilidade, de forma que o torne oneroso ou de baixo rendimento, em razão de uso prolongado, depreciação, desgaste prematuro, ineficiência energética ou obsolescência; e

V - irrecuperável - bem móvel que não pode ser utilizado para o fim a que se destina, devido à perda de suas características, ou em razão do custo de sua recuperação ser superior a 50% (cinquenta por cento) do seu valor de mercado, ou porque a análise do seu custo e benefício demonstre ser injustificável a sua recuperação.

§ 1º Será considerado inservível o bem móvel que se enquadrar em uma das classificações previstas nos incisos II a V do caput.

§ 2º O enquadramento dos bens móveis nas classes definidas no caput e a análise de custo e benefício prevista nos incisos III e V do caput serão realizados por comissão de avaliação, nos termos do disposto no art. 19.

§ 3º Os critérios de classificação dispostos neste artigo poderão ser excepcionados na hipótese de bens móveis de valor histórico, artístico ou cultural ou de significado especial para o órgão ou a entidade.

Portanto, as diretrizes acima deverão ser observadas para a análise de viabilidade da execução de serviços de manutenção corretiva.

Para este tipo de manutenção, além de fornecer a mão de obra, materiais e equipamentos necessários, a Contratada deverá fornecer a peça nova a ser substituída.

Os serviços de manutenção corretiva serão realizados sob demanda, mediante Ordem de Serviço emitida pelo requerente.

As manutenções corretivas serão informadas à CONTRATADA pelo fiscal do contrato mediante OS (Ordem de Serviço). Não será autorizada nenhuma manutenção corretiva sem que se tenha a OS correspondente.

No caso de serviços de manutenção corretiva relacionadas, a CONTRATADA deverá, após a comunicação da CONTRATANTE, iniciar os procedimentos corretivos no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas.

As peças, componentes e materiais substituídos são de propriedade da CONTRATANTE, devendo, por ocasião do término dos respectivos trabalhos, serem entregues pela CONTRATADA à Fiscalização.

Peças fora de fabricação ou que dependa de serviços de terceiros, a CONTRATADA deverá acordar com a CONTRATANTE um novo prazo para execução do serviço.

A CONTRATADA deverá ainda, reparar ou corrigir, por sua conta, no todo ou em parte, o equipamento da CONTRATANTE, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução de serviço ou de emprego de materiais inapropriados ou com defeito.

Os serviços de manutenção corretiva previstos e que incorrerão em custos a CONTRATANTE, serão aqueles cujos valores estarão precificados, descritos e pré-estabelecidos na proposta do licitante.

Todas as peças a serem empregadas nos serviços deverão ser originais, novas, sem uso e estarem de acordo com as especificações técnicas.

No caso de falta de peças genuínas e na impossibilidade da CONTRATADA adquiri-las em curto prazo, poderá excepcionalmente, serem utilizadas outras similares que possam ser adaptadas em perfeitas condições no equipamento em questão, desde que haja prévia autorização pelo CONTRATANTE.

Serão consideradas peças similares as não oriundas do fabricante, mas que sejam iguais ou superiores em qualidade de material constituinte, processo de fabricação, desempenho e durabilidade.

Poderão ser recusados quaisquer serviços, peças, materiais ou acessórios que não satisfaçam as condições contratuais, normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e demais legislações vigentes ou que não atendam ao padrão de qualidade desejável e estabelecido.

A CONTRATADA deverá apresentar, no mês seguinte a prestação dos serviços, a nota fiscal/fatura dos serviços acompanhada do Relatório Técnico Mensal atestado e cópias das respectivas notas fiscais dos materiais a serem ressarcidos.

Todas as peças adquiridas deverão ser apresentadas ao Fiscal Técnico do contrato antes da execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva.

Todas as peças substituídas deverão ser apresentadas e entregues ao fiscal de contrato. Nenhuma peça ou produto constante do presente Termo de Referência poderá ser manufaturado, reconicionado, reciclado ou de segunda mão.

Todo o material deverá ser novo, de primeira linha, produzido por empresa especializada e legalmente estabelecida, e sua procedência deverá ser facilmente aferida pela embalagem. Não serão aceitos produtos de fabricação doméstica.

A CONTRATADA deverá repassar ao CONTRATANTE os termos de garantia e manuais dos materiais, se houver.

A CONTRATADA deverá mobilizar para a execução dos serviços, o número suficiente de pessoal técnico especializado, com ferramental e equipamentos auxiliares, a fim de proporcionar a execução dos trabalhos no nível de qualidade especificado.

Caso haja necessidade de retirada de equipamentos ou de componentes dos sistemas para realização da manutenção corretiva na oficina da CONTRATADA, o fato deverá ser comunicado à fiscalização para autorização da saída do material, sendo que são de responsabilidade da CONTRATADA, todas as despesas decorrentes de transporte e remoção de equipamentos quando necessário para conserto na sede de sua oficina, assim como deverá se responsabilizar pela conservação dos equipamentos a serem transportados e recuperados garantindo a sua integridade.

Os aparelhos que necessitem de remoção da unidade jurisdicionada deverão ter suas características anotadas em formulário apropriado da empresa em duas vias e assinada pelo responsável do setor autorizando a saída do equipamento.

Antes do início dos serviços, a CONTRATADA procederá a um exame detalhado de cada aparelho que necessite ser retirado e /ou removido, sendo que deverão ser considerados aspectos importantes do estado dos aparelhos, suportes e os métodos utilizados na instalação.

Os serviços de retiradas e remoções serão executados adotando-se as normas de segurança previstas na legislação em vigor, de forma a evitar danos a terceiros, aos equipamentos, aos bens da CONTRATANTE e a garantir a segurança de seus funcionários.

A direção técnica dos serviços contratados cabe exclusivamente à CONTRATADA, que se obriga a obedecer aos procedimentos de trabalhos por si elaborados em comum acordo com a fiscalização, respondendo por quaisquer ônus ou imperícia.

Nos casos em que a execução do serviço de reativação do equipamento, exigir o fornecimento de materiais não disponíveis no estoque da CONTRATADA ou no mercado local, a mesma deverá providenciar a aquisição da(s) peça(s) no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da data da emissão da respectiva ordem de serviço emitida pela CONTRATANTE.

Caso a CONTRATADA não possa fornecer a(s) peça(s) no prazo estipulado no subitem anterior, a mesma deverá justificar por escrito a ocorrência do fato excepcional ou imprevisível de sorte a subsidiar o fiscal do contrato na análise da ocorrência.

A CONTRATADA deverá garantir o funcionamento dos equipamentos de forma a atender às necessidades do ICSEZ, implicando em descumprimento contratual a paralisação superior a 02 (dois) dias úteis, sem justificativa aceita pela fiscalização, ficando a empresa, após este prazo, sujeita às sanções pertinentes.

A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade pela execução dos serviços e responderá por quaisquer danos causados às dependências e aos equipamentos da UFAM, quando evidenciada a culpa, por ação ou omissão de seus empregados ou prestadores de serviços, e ainda por deficiência ou negligência na execução das tarefas, bem como decorrentes da qualidade dos materiais empregados.

A CONTRATADA responderá por quaisquer acidentes que possam ser vítimas seus empregados, quando em serviço nas dependências dos prédios do ICSEZ.

A CONTRATADA deverá divulgar os procedimentos e resultados das atividades de manutenção, operação e controle em relatórios mensais com análise contendo o número de manutenções preventivas e corretivas executados mensalmente.

A estocagem de equipamento, ferramentas e material da CONTRATADA nas dependências da CONTRATANTE será permitida somente pelo tempo que durar o serviço executado. Tão logo este seja concluído, a CONTRATADA deverá providenciar, às suas expensas, a retirada dos remanescentes. Caso haja local disponível para guardar do material na Instituição, a CONTRATANTE autorizará a permanência do material.

A garantia dos serviços corretivos será de 90 (noventa) dias contados a partir do aceite da Fiscalização.

INSTALAÇÃO/DESINSTALAÇÃO SOB DEMANDA

Entende-se que a instalação de cada aparelho deverá ser completa, devendo estar inclusos todos os valores e encargos concernentes aos materiais empregados na realização dos serviços, inclusive suporte metálico externo de fixação da condensadora e amortecedores, tubulações de cobre, isolamentos e cabeamento de comando, fechamento de alvenaria no padrão do Instituto, no caso de troca de ACJ por Split, incluindo reboco, acabamento e pintura, dreno com mangueira transparente, isolamento e cabeamento elétrico, gás refrigerante, mão de obra, taxas, impostos, bem como demais despesas diretas e indiretas (há previsão de valores de itens separadamente).

Ficará a cargo da CONTRATADA o custo relativo à tubulação frigorígena com a capacidade e tamanho necessários para a interligação entre a unidade evaporadora e a unidade condensadora, com distância máxima de 8 metros.

A contratada deverá responsabilizar-se por redes e fiações elétricas manipuladas nos procedimentos de instalações e reinstalações, incluindo interruptores, disjuntores, bem como todos os materiais, equipamentos e acabamentos necessários em seu preço de mão de obra, de modo que ao término do serviço os acabamentos sejam entregues em perfeito estado.

Os serviços de desinstalação compreendem o recolhimento do gás refrigerante para o compressor, retirada da evaporadora e condensadora e remoção da tubulação frigorígena existente.

Os serviços de instalação/desinstalação ocorrerão sob demanda da CONTRATANTE.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

5.2.1. Unidade da Estrada Parintins-Macurany, nº 1805, Bairro Jacareacanga - CEP 69.152-240;

5.2.2. Unidade do Centro: Rua Paraíba, Bairro Palmares, nº 2186, CEP: 69.153-010 (03 Blocos)

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: **de 08:00 as 12:00hs; e de 14:00 as 18:00hs, de segunda a sexta-feira e finais de semana, se houver emergências;**

Rotinas a serem cumpridas

5.3.1 A execução contratual observará as rotinas **a estabelecidas em tópicos específicos dos Estudos Técnicos Preliminares:**

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:[A6]

5.4.1. Para a execução dos serviços de Manutenção preventiva nos equipamentos de refrigeração, a Contratada deverá fornecer todo o material de consumo, além de outros que forem necessários, conforme listagem exemplificativa abaixo:

- Materiais elétricos de reposição (cabos, terminais, relés, capacitores e disjuntores);
- Material de limpeza em geral;
- Material de proteção mecânica das tubulações (esponjoso, alumínio corrugado; fita, pvc etc.); Graxas;
- Estopas;
- Óleo lubrificante;
- Produtos químicos de limpeza; Álcool;
- Solventes;
- Material contra corrosão e proteção antiferruginosa; Tintas;
- Pincéis; Lixas;
- Panos de limpeza; Oxigênio; Acetileno; Zarcão;
- Escovas de aço e nylon Massa de vedação; Material de soldagem; Espuma de vedação; Fita isolante;
- Fita teflon; Fusíveis; Lâmpada-piloto;

E qualquer outro componente necessário ao funcionamento do sistema, mesmo que não contemplados nesta listagem.

5.5. Já na manutenção corretiva, as peças previstas para substituição em aparelhos de ar condicionado e em outros equipamentos de refrigeração: frigobar de 80L, 100L e 120L; geladeira de 280L, geladeira de 250L, geladeira duplex de 360L; freezer horizontal duas portas 500L, bebedouros 200L, bebedouros de coluna 20L e máquina de gelo de 40Kg são:

LISTA DE MATERIAIS/PEÇAS		
Item	Especificação	Quantidade
1	Compressor de ar condicionado, tipo SPLIT, de 9.000 BTUs	2
2	Placa Eletrônica para unidade evaporadora de ar-condicionado, tipo SPLIT, de 9.000 BTUs	2
3	Placa Eletrônica para unidade condensadora de ar-condicionado, tipo SPLIT, de 9.000 BTUs	2
4	Motor Ventilador para unidade evaporadora de ar-condicionado, tipo SPLIT, de 9.000 BTUs	2
5	Motor Ventilador para unidade condensadora de ar-condicionado, tipo SPLIT, de 9.000 BTUs	2
6	Compressor de condicionado, tipo SPLIT, de 18.000 BTUs	10
7	Placa Eletrônica para unidade evaporadora de ar-condicionado, tipo SPLIT, de 18.000 BTUs	10

8	Placa Eletrônica para unidade condensadora de ar-condicionado, tipo SPLIT, de 18.000 BTUs	10
9	Motor Ventilador para unidade evaporadora de ar-condicionado, tipo SPLIT, de 18.000 BTUs	10
10	Motor Ventilador para unidade condensadora de ar-condicionado, tipo SPLIT, de 18.000 BTUs	10
11	Compressor de ar-condicionado, tipo SPLIT, de 24.000 BTUs	26
12	Placa Eletrônica para unidade evaporadora de ar-condicionado, tipo SPLIT, de 24.000 BTUs	26
13	Placa Eletrônica para unidade condensadora de ar-condicionado, tipo SPLIT, de 24.000 BTUs	26
14	Motor Ventilador para unidade evaporadora de ar-condicionado, tipo SPLIT, de 24.000 BTUs	26
15	Motor Ventilador para unidade condensadora de ar-condicionado, tipo SPLIT, de 24.000 BTUs	26
16	Compressor de ar condicionado, tipo SPLIT, de 30.000 BTUs	5
17	Placa Eletrônica para unidade evaporadora de ar-condicionado, tipo SPLIT, de 30.000 BTUs	5
18	Placa Eletrônica para unidade condensadora de ar-condicionado, tipo SPLIT, de 30.000 BTUs	5
19	Motor Ventilador para unidade evaporadora de ar-condicionado, tipo SPLIT, de 30.000 BTUs	5
20	Motor Ventilador para unidade condensadora de ar-condicionado, tipo SPLIT, de 30.000 BTUs	5
21	Contactora de ar condicionado, tipo SPLIT, de 30.000 BTUs	5
22	Compressor de ar condicionado, tipo SPLIT, de 36.000 BTUs	3
23	Placa Eletrônica para unidade evaporadora de ar-condicionado, tipo SPLIT, de 36.000 BTUs	3

24	Placa Eletrônica para unidade condensadora de ar-condicionado, tipo SPLIT, de 36.000 BTUs	3
25	Motor Ventilador para unidade evaporadora de ar-condicionado, tipo SPLIT, de 36.000 BTUs	3
26	Motor Ventilador para unidade condensadora de ar-condicionado, tipo SPLIT, de 36.000 BTUs	3
27	Contactora de ar condicionado, tipo SPLIT, de 36.000 BTUs	3
28	Compressor de ar condicionado, tipo SPLIT, de 48.000 BTUs	6
29	Placa Eletrônica para unidade evaporadora de ar-condicionado, tipo SPLIT, de 48.000 BTUs	6
30	Placa Eletrônica para unidade condensadora de ar-condicionado, tipo SPLIT, de 48.000 BTUs	6
31	Motor Ventilador para unidade evaporadora de ar-condicionado, tipo SPLIT, de 48.000 BTUs	6
32	Motor Ventilador para unidade condensadora, de ar-condicionado, tipo SPLIT, de 48.000 BTUs	6
33	Contactora de ar condicionado, tipo SPLIT, de 48.000 BTUs	6
34	Compressor de ar condicionado, tipo SPLIT, de 60.000 BTUs	3
35	Placa Eletrônica para unidade evaporadora de ar-condicionado, tipo SPLIT, de 60.000 BTUs	3
36	Placa Eletrônica para unidade condensadora de ar-condicionado, tipo SPLIT, de 60.000 BTUs	3
37	Motor Ventilador para unidade evaporadora de ar-condicionado, tipo SPLIT, de 60.000 BTUs	3
38	Motor Ventilador para unidade condensadora de ar-condicionado, tipo SPLIT, de 60.000 BTUs	3
39	Contactora de ar condicionado, tipo SPLIT, de 60.000 BTUs	3
40	Motor Ventilador de ar-condicionado, tipo ACJ, de 10.500 BTUs	5

41	Motor Ventilador de ar-condicionado, tipo ACJ, de 21.000 BTUs	8
42	Motor Compressor 1/10 para frigobar, geladeira, freezer, bebedouro e máquina de gelo	10
43	Capacitor para frigobar, geladeira, freezer, bebedouro e máquina de gelo	10
44	Termostato para frigobar, geladeira, freezer, bebedouro e máquina de gelo	10
45	Relé para frigobar, geladeira, freezer, bebedouro e máquina de gelo	10
46	Tubo Capilar para frigobar, geladeira, freezer, bebedouro e máquina de gelo	10
47	Placa Eletrônica para frigobar, geladeira, freezer, bebedouro e máquina de gelo	10
48	Sensor para frigobar, geladeira, freezer, bebedouro e máquina de gelo	10
49	Recarga de Gás R134A para frigobar, geladeira, freezer, bebedouro e máquina de gelo	10
50	Complemento de carga de gás R22, em aparelhos Split de 9.000 até 60.000 BTUs	33
51	Complemento de carga de gás R410A, em aparelhos Split de 9.000 até 60.000 BTUs	33
52	Carga completa de gás R22, em aparelhos Split de 9.000 até 60.000 BTUs	33
53	Carga completa de gás R32, em aparelhos Split de 9.000 até 60.000 BTUs	208
54	Carga completa de gás R410A, em aparelhos Split de 9.000 até 60.000 BTUs	33
55	Complemento de carga de gás R410A, em aparelhos ACJ de 10.500 até 21.000 BTUs	10
56	Carga completa de gás R410A, em aparelhos ACJ de 10.500 até 21.000 BTUs	10

5.4.2. **Para os serviços de *instalação e desinstalação* CONTRATADA deverá fornecer:**

- fechamento de alvenaria no padrão do Instituto na troca dos ar condicionados ACJ por split;
- instalação elétrica no padrão do Instituto, com fornecimento dos disjuntores e fiação completa compatível com o aparelho;
- suporte metálico externo de fixação da condensadora e amortecedores; • tubulações de cobre;
- esponjoso e fitas de pvc;
- isolamentos e cabeamento de comando;

- dreno com mangueira transparente;
- isolamento e cabeamento elétrico;
- gás refrigerante.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar a mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios e insumos necessários a execução das atividades deste Termo de Referência, promovendo sua substituição quando necessário;

5.5.2. Os serviços serão prestados nos locais já determinados neste termo de referência;

5.5.3. Caso o serviço tenha sido executado com erros, falhas ou defeitos e não seja aceito pela FISCALIZAÇÃO, a CONTRATADA deverá executar a correção do problema e arcar com todos os custos. A CONTRATADA não poderá repassar o prejuízo para a instituição.

5.5.4. Quantitativo de equipamentos considerados para a presente contratação:

5.5.4.1. O quantitativo de aparelhos que receberão manutenção foram levantados pela equipe de planejamento, assim como a previsão de compra e quantidades reservas para atender demandas futuras, evitando a realização de nova licitação para contemplá-las. O total de equipamentos segue na tabela abaixo:

Descrição	Tipo	Quant. atual	Quant. a ser adquirido	Quant. Total
Ar condicionado de 9.000 BTUs	Split	2	0	2
Ar condicionado de 18.000 BTUs	Split	10	0	10
Ar condicionado de 24.000 BTUs	Split	90	15	105
Ar condicionado de 30.000 BTUs	Split	2	3	5
Ar condicionado de 36.000 BTUs	Split	3	0	3
Ar condicionado de 48.000 BTUs	Split	6	0	6

Ar condicionado de 60.000 BTUs	Split	1	2	3
Ar condicionado de 10.500 BTUs	ACJ	5	0	5
Ar condicionado de 21.000 BTUs	ACJ	32	0	32
Bebedouros 20 L	Torre	4	1	5
Bebedouro 200 L	Industrial	3	8	11
Outros equipamentos de refrigeração	(freezer, geladeira, frigobar e máquina de gelo)	23	0	23
Total de equipamentos de refrigeração		181	29	210

Especificação da garantia do serviço

5.14. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido[A15] na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), devendo a CONTRATADA REFAZER o serviço sem ônus para a CONTRATANTE, caso, após a execução de um determinado serviço em um equipamento, este voltar a apresentar os mesmos problemas que deram causa à Ordem de Serviço.

5.15. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, NÃO SERÁ APLICADA A ESTA CONTRATAÇÃO.

Uniformes

5.16. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.16.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

5.16.1.1. Calças, Camisas, Botas, Luvas de proteção, se necessários;

5.16.2. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade;

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado **deverá** manter preposto da empresa no local da execução do objeto **durante o período de execução dos serviços**.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. *A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:*

6.16.1. *Verificação da compatibilidade dos serviços executados com os especificados no Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar;*

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.21. *Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:*

6.21.1. *Verificação da Manutenção das condições de habilitação da empresa para fins de pagamento;*

6.22.1. *..Verificará as condições de regularidade fiscal, social e trabalhista da empresa, assim como as qualificações econômico-financeira. Essa Regularidade pode ser realizada através de consulta ao SICAF;*

Gestor do Contrato

6.23. Cabe ao gestor do contrato:

6.23.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.23.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.23.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.23.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.23.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.23.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.23.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.23.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.23.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.23.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.[A12]

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o [Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no [Anexo III].

7.2. Nos regimes de execução de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação por tarefa, contratação integrada e contratação semi-integrada será adotada sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.[A3]

7.2.1 Para o objeto desta contratação. especificamente para os serviços de Manutenção Corretiva com fornecimento de Peças serão consideradas, assim como para o item 23, os valores apresentados pelo fornecedor para o fornecimento da peça demandas para substituição. Em seguida a Administração realizará pesquisa de mercado para aferir a compatibilidade dos preços ofertados pela empresa para a peça em comparação aos valores praticados no mercado.

7.2.2. A Administração terá também como referência de Preços uma lista de Peças passíveis de eventuais Substituições em caso de danos ocorridos nos aparelhos, constante no ETP, para evitar sobrepreços ou superfaturamento dos valores das peças a serem substituídas.

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1 não produziu os resultados acordados,

7.3.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.5. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.5.1. Execução Integral das manutenções preventivas programandas;

7.5.2. Execução integral das Ordens de Serviços de Manutenções Corretivas; e

7.5.3. Execução integral das Ordens de Serviços de Instalações/Desinstalações.

7.5.4. O relatório deverá ser encaminhado ao Gestor do Contrato após a execução dos serviços, juntamente com o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) para análise e aprovação definitiva.

7.5.5. A Contratante utilizará formulário próprio como meio de análise, conforme Instrumento de Medição de Resultado (IMR), em consonância com as diretrizes da IN SEGES/MP n. 05/2017, para definir e padronizar a avaliação da qualidade dos serviços prestados pela Contratada.

7.5.6. O IMR vinculará o pagamento dos serviços aos resultados alcançados em complemento à mensuração dos serviços efetivamente prestados, não devendo as adequações de pagamento, originadas pelo descumprimento do IMR ser interpretadas como penalidades ou multas.

7.5.7. O valor pago por serviço demanda/solicitado será ajustado ao resultado da avaliação do serviço por meio do Instrumento de Medição de Resultado, anexo indissociável do contrato.

7.5.8. O procedimento de avaliação dos serviços será realizado periodicamente pelos fiscais do contrato, com base em pontuações atribuídas a cada item conforme especificações constantes no Anexo IV deste Termo de Referência, gerando relatórios mensais de prestação de serviços executados.

7.5.9. As ocorrências acerca da execução contratual serão registradas durante toda a vigência da prestação dos serviços, cabendo ao gestor e aos fiscais a adoção de providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

7.5.10. O recebimento definitivo será realizado pelo Gestor do Contrato, que analisará o relatório da fiscalização e o IMR, solicitando as correções necessárias à Contratada, se necessário, e comunicando-a para que emita nota fiscal /fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

Recebimento

7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **05 (cinco)** dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.[A5]

7.7 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.11 Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período **de 30 (trinta) dias, faturamento mensal.**

7.12. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.12.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.13. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.14. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.16. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.[A8]

7.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **05 (cinco)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.19.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.19.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.19.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.19.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.19.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A9]

7.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.22 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.28.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.39. *Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 19/03/2026.*

7.40. *Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) , exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.*

7.41. *Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.*

7.42. *No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).*

7.43. *Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).*

7.44. *Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.*

7.45. *Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.*

7.46. *O reajuste será realizado por apostilamento.*

Cessão de Crédito

7.47. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.47.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.47.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.47.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.47.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.48. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.[A1] [A2]

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;[A3]

8.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco décimos por cento) a [A4] 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de XX% 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro

Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução[A2]

9.2. *O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.*

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. *Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será[A7] :*

9.3.1. *Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital constante no item 1.1 deste Termo de Referência.*

Exigências de habilitação

9.8. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.9. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional:[A9]

9.10. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.11. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.12. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores:[A10]

9.13. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.14. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.15. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.16. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.17. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.18. *Ato de autorização para o exercício da atividade NÃO SE APLICA A ESTA CONTRATAÇÃO.*

9.19. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.20. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.21. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.22. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.23. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.24. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.25. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A12]

9.26. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.27. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A13]

Qualificação Econômico-Financeira[A14]

9.28. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.29. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.30. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **do último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas [A15] :

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.31. **Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação para o período de doze meses – aplicável para o contrato de serviço continuado.**

9.32. **Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos no último exercício social, sob pena de inabilitação ;**

9.33. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.34. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.35. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

9.36. **Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, NÃO SE APLICA A ESTA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO.**

9.37. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica[A21]

9.38. *Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.*

9.38.1. *Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

9.39. *Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente* **NÃO SE APLICA A ESTA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO.**

9.40. *Prova de atendimento aos requisitos de alguma Lei Específica* **NÃO SE APLICA A ESTA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO.**

Qualificação Técnico-Operacional

9.41. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.41.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.41.1.1 contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 12 (doze) meses do fornecedor na prestação dos serviços similares aos objeto da contratação, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes OU execução de serviços equivalentes a 50% das manutenções preventivas;

9.41.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.41.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.41.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.41.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.42. *Declaração* **NÃO SE APLICA A ESTA CONTRATAÇÃO a exigência de o fornecedor possui r ou instalar escritório no município de Parintins/AM a partir da vigência do Contrato.**

9.43. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.44. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

9.45. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.[]

Disposições gerais sobre habilitação

9.46. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.47. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.48. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.49. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.50. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.51. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.51.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.51.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.51.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.51.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.51.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.51.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.51.6.1. ata de fundação;

9.51.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.51.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.51.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.51.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.51.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.51.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador[A35] .

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável,[A2] é de R\$. 258.160,09 (duzentos e cinquenta e oito mil, cento e sessenta reais e nove centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.2. **Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:**

10.2.1 **em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;**

10.2.2. **em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;**

10.2.3. **serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou**

10.2.4 **poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.**

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.[A1]

11.3. **A Declaração de Dotação Orçamentária (DDO) - Dispensável**, segundo despacho PROADM (094542) do Processo SEI nº 23105.01398983/2022-95, bem como art. 17 do Decreto nº 11.462/2023, que trata de contratações pela modalidade de Registro de Preços.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas .[A1]

Parintins, 19 de maio de 2026.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO (Portaria PROADM nº 03/2026)

I.I – Presidente:

Glauclara Azevedo da Silva - Siape: 2065886

I.II – Membros:

Rafael Reis Mafra - Siape: 1180819

Adriângela Silva de Castro Portela - Siape: 1995102

13. ANEXO I

ANEXO I[A1]

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

NÃO SE APLICA A ESTA CONTRATAÇÃO

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

NÃO SE APLICA A ESTA CONTRATAÇÃO

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GLAUCIARA AZEVEDO DA SILVA

Agente de contratação

RAFAEL REIS MAFRA

Agente de contratação

ADRIANGELA SILVA DE CASTRO PORTELA

Agente de contratação

